

Revista Mídia e Cotidiano
Artigo Seção Temática
Número 8. Março 2016
Submetido em: 30/01/2016
Aprovado em: 16/03/2016

COTIDIANO FARROUPILHA CONSTRUÍDO PELO JORNAL DE ÉPOCA O Povo

THE RAGAMUFFIN EVERYDAY BUILT BY THE TIME THE NEWSPAPER O Povo

Laísa Veroneze BISOL¹; Luana Teixeira PORTO²; Flavi Ferreira LISBOA FILHO³

Resumo: Este artigo discute a abordagem do evento histórico da Revolução Farroupilha no jornal *O Povo*, demonstrando como se constroem sentidos do conflito na mídia daquele cotidiano e quais implicações deste enfoque em relação à representação desse episódio, tendo-se em vista apontamentos teóricos sobre memória e violência. Além disso, o trabalho analisa o modo como o jornalismo regional referia-se à cultura gaúcha com relação às demais, resignificando os sentidos do confronto. Este texto baseia-se nas preposições de Rüdiger, Sodré, Woodward, Castells, entre outros autores, para fundamentar análises. O periódico em estudo difundia, para além das informações da guerra, especialmente ideologias, que serviam para (re)afirmar a identidade gaúcha farroupilha e registrar suas memórias.

Palavras-chave: Representação; Jornalismo Impresso; Mídia cotidiana; Identidade; Revolução Farroupilha.

Abstract: *This article discusses the Farroupilha Revolution of the historical event approach in the newspaper O Povo, demonstrating how to construct meaning of the conflict in the media that daily life and what implications this approach to the representation of this episode, and in view theoretical notes on memory and violence. In addition (Besides that), the paper analyzes how the regional journalism referred to the "gaucho" culture with respect to the other, giving new meaning to the sense of confrontation. This text is based on prepositions Rüdiger, Sodre, Woodward, Castells,*

¹ Mestre em Letras – Literatura Comparada pela URI – Câmpus de Frederico Westphalen. Graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria e professora substituta na mesma instituição. Membro do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades. / laisavb@yahoo.com.br.

² Pós-Doutora professora no Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Letras na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI câmpus Frederico Westphalen / luana@uri.edu.br.

³ Doutor em Ciências da Comunicação (linha: Mídias e processos audiovisuais) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS). Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador líder do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades. / flavilisboa@gmail.com.

among others, to support analysis. The journal study diffusing beyond the information war, especially ideologies that served to reaffirm Ragamuffin “gaucho” identity and record their memories.

Keywords: *Representation; Print Journalism; Everyday media; Identity; Revolution Farroupilha.*

Introdução

Guerras e conflitos políticos, sociais e culturais fazem parte da história e da cultura brasileiras e assinalam não só o processo de formação do país, iniciado com a colonização, mas também traços das representações de eventos históricos em produções artísticas e não artísticas, como literatura e cinema, no campo das artes, e jornalismo e estudos acadêmicos no campo das produções não artísticas. Tendo-se isso em vista, poderíamos tratar da história e sua representação no Brasil através da ótica da violência resultante de guerras e conflitos acumulados ao longo dos séculos desde a chegada dos portugueses europeus a esta terra. Essa perspectiva de olhar sobre o Brasil se estende à visão sobre seus estados também. Dessa forma, ao considerarmos especificamente a formação do território gaúcho, temos as revoluções como potenciais participantes deste processo de consolidação de um modo de ver e ser gaúcho, que rende lembranças e cultos a tradições oriundas, muitas vezes, destas batalhas ou de ideologias formadas ou perpetuadas por elas.

Se na contemporaneidade a mídia cotidiana informa sobre acontecimentos violentos e narra as situações de conflitos, no século XIX, quando aconteceram as Revoluções Farroupilha e Federalista do Rio Grande do Sul, não era diferente. Entretanto, a maneira de informar parece distinta da atualidade. Por isso, cabe perguntar: Que imagem da guerra e dos conflitos foram construídas nos discursos jornalísticos do século XIX em suas abordagens sobre a revolução? Que valores sociais e morais eram destacados na leitura que os jornais propunham sobre os fatos das revoluções e sobre pessoas ou heróis que os provocavam? É possível falar em memória completa desses episódios históricos?

Para responder a esses questionamentos, o estudo realiza análise discursiva de textos jornalísticos publicados no século XIX e explora uma seleção de textos para a análise mais aprofundada acerca dos episódios de guerra e violência que permeiam a narrativa do jornal *O povo*, a fim de perceber qual é a memória social formada a partir destes discursos. A escolha por esse veículo de comunicação deve-se ao fato de que ele circulou de 1838 a 1840, com retratos da Revolução Farroupilha e com uma voz que representava anseios do governo da época, o que inevitavelmente acarretou algumas

“lacunas” na exposição do evento histórico, como a ausência de referência direta à presença de escravos em fazendas de heróis farroupilhas e à barbárie das perdas de vidas e famílias inteiras em decorrência da guerra.

Ao realizar este estudo, foram selecionadas notícias do jornal que relatavam a Revolução Farroupilha de forma direta, compreendendo as edições de 1838 a 1840. Como recorte teórico-crítico, exploram-se estudos acerca da imprensa no Brasil no século XIX e conceitos de memória e história, que contribuem para compreender a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul.

Ainda que nossas observações registrem essa imagem da guerra não declarada no discurso jornalístico do jornal, cabe destacar que os noticiários impressos de época são hoje documentos históricos que tornam possível conhecer e trazer os acontecimentos passados vividos. Eram, à época, os jornais, os grandes meios de informação da população e, por isso, também influentes no sentido de difundir ideias, pouco objetivas, tendo em vista, principalmente, a propriedade dos periódicos, quase sempre vinculada ao governo. Embora grande parte da população não tivesse acesso aos periódicos, em função da situação econômica ou do analfabetismo, os leitores se tornavam formadores de opinião, pois realizavam a leitura, interpretação e socialização dos fatos publicados.

Ao propormos uma reflexão acerca do modo como acontece a representação da guerra no jornal *O Povo*, podemos ressaltar a importância do debate em torno dos elementos expostos enquanto fatores presentes na história social e cultural do Estado e, para além do modo como se representa os horrores da guerra, também entender de que forma a ideia de cultura gaúcha é posta e como se perpetua, acionando memórias e resignificando o próprio presente.

A imprensa escrita gaúcha do século XIX

A imprensa escrita chega ao Brasil em 1808, mas é somente em 1827 que toma forma no estado gaúcho, através do jornal **O Diário de Porto Alegre**. Esta origem está atrelada justamente à Revolução Farroupilha, já que neste período se articulavam ideias a respeito e o presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Salvador

José Maciel, era um dos patrocinadores do periódico lançado. Conforme Rüdiger (1993), os jornais tiveram grande influência nesta época. “Não se constitui exagero afirmar que a imprensa foi o bastidor intelectual da Revolução Farroupilha. Nas páginas dos jornais se gestaram as idéias que radicalizaram o processo político e levaram ao movimento” (RÜDIGER, 1993, p. 15).

O mesmo autor ainda relata que os periódicos tinham a predominante função de difundir ideologias, nesta pesquisa, mesmo tendo em conta os preceitos de jornalismo da atualidade, consideramos que circunstâncias políticas, ditavam o nascimento de jornais, bem como sua continuação e fechamento. Ademais, neste período os proprietários dos jornais não eram os políticos, mas outros profissionais que reuniam duas funções. E é neste contexto de produção jornalística que nasceu a imprensa rio-grandense, já com vistas à divulgação dos acontecimentos pré-revolução dos farrapos – termo utilizado para designar os adeptos da Revolução Farroupilha, confronto armado que proclamou a independência do estado do Rio Grande do Sul do império brasileiro, instituindo a República Rio-Grandense. Portanto, o princípio do jornalismo impresso gaúcho deu-se através de personagens que, segundo Rüdiger (1993) compreenderam as demandas políticas e as difundiram a partir dos periódicos, embora, por restringirem sua função muito mais à direção dos jornais, não tinham total preocupação com os conteúdos que transmitiam. Neste sentido e de acordo com o mesmo autor, os jornais tinham basicamente a função de veicular literatura política, sendo inexistentes os modelos de redações conhecidas na atualidade. Ao olharmos nosso objeto de estudo, levamos em consideração esta prerrogativa e ressaltamos que ele deve ser lido a partir do contexto da época, pois a mídia registra e produz narrativas do cotidiano e tal qual a sociedade e sua cultura, ela igualmente se transforma, construindo e reconstruindo seu fazer. Neste sentido, as matérias eram produzidas a partir da literatura política e partidária do período e os responsáveis iam acrescentando, posteriormente, notas informativas, sendo os espaços restantes preenchidos com anúncios e transcrições literárias.

Se a política era fator de maior motivação para o surgimento e periodicidade dos jornais, as lutas políticas estimularam o crescimento da imprensa. Sodré (1999)

comenta que a Revolução Farroupilha, iniciada em 1835, logo após o surgimento da imprensa, continuou a absorver as preocupações do governo e, já nesta época, os governantes passaram a comprar os jornais dos seus fundadores, a fim de veicularem as suas ideias de maneira mais direta. Ainda segundo este autor, o departamento mais importante da imprensa naquela época esteve ligado aos movimentos que surgiam e, em cada província, com a suas características, os jornais revelaram resistência ao conservadorismo, denunciando aspectos das lutas políticas, marcando sua influência através de pregações, ideias e mobilização de opiniões.

Nesse cenário, deflagra-se a Revolução Farroupilha e entre jornais que findaram-se e outros que surgiram, emerge, em meio à guerra, *O Povo*, periódico que analisamos no decorrer deste trabalho. Neste jornal, conforme Sodré (1999), as páginas apresentavam as escabrosidades da revolução, noticiando sobre o que ocorria do litoral à campanha, estendendo-se ainda de Porto Alegre a Piratini (município onde surgiu o Jornal) e desde ali até Caçapava, sendo instrumento de grande colaboração histórica, assim como outros jornais:

Sem a leitura de *O Povo*, que circulou de 1838 a 1840, de *O mensageiro*, que circulou de 1835 a 1836, de *O Americano*, que circulou de 1842 a 1843 e uns poucos mais, a história farroupilha é incompleta. Nessas folhas, impressas quase sempre sob condições extremamente difíceis, o movimento ficou espelhado, em todos os seus traços, os gerais e os particulares. (SODRÉ, 1999, p. 131).

O Povo deixou de circular quando os imperiais ocuparam Caçapava. Não somente este, mas outros periódicos fechavam em tempos de guerra pela dificuldade de manterem-se. Segundo Sodré (1999), a sucessão de lutas e situações de extrema violência motivaram o quase desaparecimento da imprensa, embora, no norte do país, esta situação tenha sido mais evidente do que no sul, em que alguns impressos continuaram a circular, porém com irregularidade.

Revolução Farroupilha e suas representações no discurso de *O Povo*

A Revolução Farroupilha aconteceu entre os anos de 1835 e 1845, sendo originária de uma insatisfação do povo do Rio Grande do Sul diante das autoridades imperiais, época em que, segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2003, p. 44), em outras regiões país, também com economia subsidiária, se acumulavam ressentimentos. O estudioso da história sul-rio-grandense Arthur Ferreira Filho (1965) comenta que a excessiva centralização do poder freava o desenvolvimento das províncias, mas, no caso do Rio Grande do Sul, o anseio pela mudança era ainda mais vigoroso. A revolta eclodiu principalmente em função da economia, uma vez que os gaúchos eram, naquele período, os maiores produtores de charque do país, e, o aumento dos impostos e também do preço final do charque gaúcho descontentou os produtores, já que esta realidade culminou com a concorrência comercial com o charque produzido na região platina (Paraguai, Uruguai e Argentina). Ferreira Filho (1965, p. 76) afirma que o charque do Rio Grande do Sul, “sobrecarregado de impostos, não suportava a esmagadora concorrência do produto platino nos próprios centros consumidores brasileiros”. Desta forma, os estancieiros sulinos buscaram um acordo com o governo, solicitando medidas que garantissem o monopólio rio-grandense no comércio do produto. O mesmo autor comenta que outros motivos que levavam o descontentamento dos gaúchos eram a situação dos quartéis, com condições precárias de moradia, a falta de estradas, pontes e escolas. Sem sucesso em suas reivindicações, Bento Gonçalves, junto ao grupo que liderava, exigiu que o presidente da província sulina renunciasse. Em 1836, os revolucionários venceram uma das batalhas e, conforme Pesavento (2003), o general farrapo Antonio de Souza Netto proclamou a república, chamada de fundação da República de Piratini ou República Riograndense. Com a união de diversos grupos simpatizantes ao movimento republicano, o governo imperial não conseguiu conter a revolta e cedeu o aumento das taxas para o charque vindo do exterior. Após os farroupilhas terem sido derrotados na batalha de Porongos, em 1844, iniciaram-se as tratativas para findar a guerra e estabelecer a paz. Em 1845, foi firmado o acordo Ponche Verde, conforme apresenta Pesavento:

Os farrapos não sofreram uma derrota final nos campos de batalha, apesar de se encontrarem já bastante desgastados. Além disso, foi-lhes oferecida uma “paz honrosa” que atendia os revoltosos em muitas de suas antigas reivindicações. Foi concedido aos estancieiros gaúchos o direito de escolherem o seu presidente de província; as dívidas da República Rio-grandense seriam pagas pelo governo central; [...] os prisioneiros de guerra seriam soltos, e aqueles que estivessem fora da província poderiam retornar sem receio; seria elevada em 25% a taxa alfandegária sobre a entrada do charque platino no mercado brasileiro; o governo concederia a liberdade dos escravos que haviam servido na revolução como soldados. (PESAVENTO, 2003, p. 64-65).

A Revolução Farroupilha, além de ser tema das mais diversas manifestações artísticas, é rememorada ainda hoje, no Rio Grande do Sul, sendo “o acontecimento mais festejado” (PESAVENTO, 2003, p. 7), especialmente no mês de setembro, em que os gaúchos montam acampamentos pelas ruas das cidades e realizam eventos que incluem música, dança, jantares, bailes e outras diferentes festividades. A presença desse evento histórico nas páginas do jornal *O Povo*, contudo, não traduz necessariamente essa ideia de comemoração.

O jornal *O Povo* circulou no Rio Grande do Sul de 1838 a 1840. Foram três anos de publicações baseadas, quase que exclusivamente, nos fatos da Revolução Farroupilha, ocorrida no Estado gaúcho de 1835 a 1845. Este periódico é, entre outros, um documento muito importante na representação deste período histórico. Selecionamos este jornal em detrimento dos demais, pela representatividade histórica e ainda por estar inserido em um espaço de tempo que perfaz o que seria a metade da guerra dos farrapos.

O documento pesquisado é uma coletânea de todas as edições de *O Povo*, reunidas inicialmente pelo Museu Julio de Castilhos – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. A encadernação, feita em 1930, é apresentada como sendo parte da grama de documentações interessantes para o estudo da Revolução Farroupilha e o exemplar pesquisado encontra-se no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – RS.

A apresentação é escrita em 30 de março de 1930 e, embora tenha sido relatada quase 100 anos após a publicação, através deste texto inicial podemos entender quais os objetivos contidos nas publicações. O enunciador comunica que o volume que contém

os jornais *O Povo* divulga “preciosos papéis que possuiu attinentes á historia do famoso decennio, 1835-1845, que comprehende o período de duração da chamada GUERRA DOS FARRAPOS” (O POVO, 1930, s/n)⁴. O texto de apresentação reforça ainda mais uma vez a certeza da contribuição deste periódico, referenciando-o como uma preciosa documentação no estudo desta parte da história regional: “O POVO, JORNAL POLÍTICO, LITERARIO E MINISTERIAL DA REPUBLICA RIOGRANDENSE, enfeixou em suas columnas, em largo periodo de tempo, os mais valiosos subsídios do memoravel decennio” (O POVO, 1930, s/n). Além de tratar o período da Revolução Farroupilha como sendo dez memoráveis anos, o apresentador dos jornais caracteriza o redator do periódico: Luiz Rossetti, um italiano que, embora seja estrangeiro, assim com outros “se identificou com as cousas da nossa terra, luctando e morrendo em sangrento recontro” (O POVO, 1930, s/n). O narrador deste texto inicial já exalta a publicação e seu escritor enquanto parte de um contexto em que morrer lutando pela terra é sinal de orgulho e heroísmo. A apresentação segue com referência a Domingos José de Almeida, ministro que fazia parte da redação.

Ao todo foram 160 exemplares de *O Povo*, sendo 45 publicados quando a produção do jornal era em Piratini e os demais já no município de Caçapava, quando a sede do Governo se transferiu para aquele local. Analisamos, nesta pesquisa, 14 edições do periódico, escolhidas com o intuito de buscar os textos mais diferenciados entre si, a fim de poder comparar os discursos. O texto de apresentação dos periódicos também afirma que os estudiosos da revolução podem ter grande proveito do material em se tratando das “memorias commemorativas do magno acontecimento, cuja data centenária está a barter=nos ás portas”. (O POVO, 1930, s/n) Às vésperas de completar os 100 anos do início da guerra, o narrador que informa sobre o periódico comenta a importância dos jornais enquanto guardiões da memória daquele tempo, contudo, refere-se a este período enquanto passível de comemorações.

⁴ Os fragmentos dos jornais serão reproduzidos exatamente na forma como foram publicados, obedecendo à linguagem da época.

As páginas de *O Povo* apresentam um jornalismo muito diferente. Os textos não apresentam um padrão de objetividade e tampouco trazem o *lead*⁵ como um pilar, tendo em vista que a maneira de noticiar da época não seguia normas jornalísticas, pois foram estabelecidas muito tempo depois. O jornal é opinativo, e não se pretende diferente, já que em todas as edições, antes de iniciarem os textos, podemos ler, além da data, do nome e do Slogan: Jornal político, literário e ministerial da República Rio-grandense – o que já o emoldura em uma linha discursiva –, também a informação: “Este Periodico he propriedade do Governo”. Ao início de cada edição vemos o aviso de que as publicações serão às quartas-feiras e aos sábados e que o periódico pode ser adquirido na casa do redator ou através de assinaturas, como pode ser verificado na Figura 1.

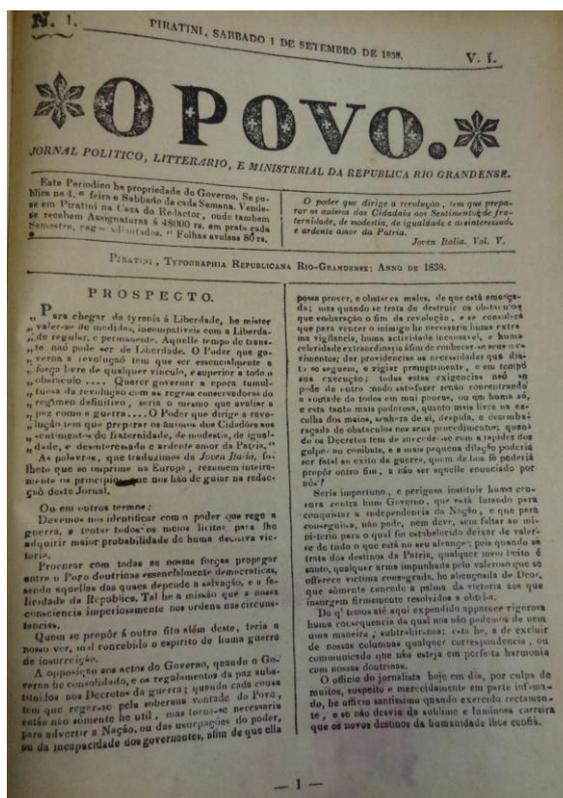


Figura 1 – Primeira edição do jornal **O POVO**

Fonte: *O Povo*, 1838. Crédito: Laísa Veroneze Bisol

⁵ Expressão jornalística para denominar o modo como se iniciam os textos noticiosos. É o ato de responder, objetivamente, às questões: o quê, quem, como, quando, onde e por que.

O discurso de *O Povo* é construído, principalmente, através de seções que se intitulam manifestos, com opiniões do governo ou outros articulistas convidados, comunicados, notícias, também opinativas, moral, com textos que vangloriam feitos gaúchos, além de portarias, poesias, sonetos, pensamentos, correspondências, atas, ofícios, e informes como, por exemplo, as listas atualizadas dos oficiais do exército. Em todas as publicações deste periódico há um espaço destinado à frase: “O poder que dirige a revolução, tem que preparar os animos dos Cidadaós aos Sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Patria. Joven Italia. Vol. V.”

Considerando que se trata de um jornal do governo, este que é o poder à frente da Revolução Farroupilha, entendemos que a proposta do periódico é, através de seus textos, produzir significados que estimulem a comunidade aos sentimentos citados pela frase de abertura do bissemanário, gerando identificação e, por consequência, pertencimento à causa e ao território.

O texto de abertura do jornal, em 1º de setembro de 1838, sob o título de “Prospecto”, já apresenta a guerra como aspecto positivo, se ela ocorrer com o intuito de fortalecer o território rio-grandense.

Quando se trata dos destinos da Patria, qualquer meio licito é santo, qualquer arma impunhada pelo valeroso que se offerece victima consagrada, he abençoada de Deos, que sòmente concede a palma da Victoria aos que insurgem firmemente resolvidos a obtel-a. (O POVO, 1838, ed 1, p. 1).

Neste trecho de *O Povo*, percebemos o ideal de guerra como justificável. Embora haja mortes e outras atrocidades em decorrência das batalhas, há, para os enunciadores deste discurso, um objetivo maior para que tudo aconteça, e que está vinculado à cultura daquele povo muito voltada ao amor pelo território, como se isto fosse motivo suficiente para seguir o confronto e arrebanhar adeptos. O grupo identifica-se entre si em função deste apreço pelo local e justifica as atitudes em nome desta mesma ideologia. Kathryn Woodward (1999, p. 41) declara que cada cultura possui classificações de mundo e, a partir disso, são atribuídos sentidos e construídos significados diante das situações, fatores que percebemos nesta narrativa de abertura do

jornal e que poderemos voltar a constatar em outros trechos que representam esta mesma ideia.

Ainda nesta edição, temos a primeira matéria noticiosa do jornal, intitulada “Necrologia”. Este texto narra a morte de Francisco Xavier Ferreira, que foi preso e estava muito doente na prisão, vindo a falecer pouco tempo após ter sido transferido a hospitais. Confirmando o conceito de um jornal com tom literário, a matéria inicia com palavras carregadas de expressividade:

Hum outro nós foi arrebatado! – O riso maligno do tyrano, sua perfida alegria nos diz assaz qual he a perda que temos tido – qual era o temor que a illustre victima, se bem que sepultada em hórrido cárcere lhe inspirava. [...] O septuagenario metido n’hum Leito, sofrendo a dór de sua enfermidade mortal, ameaçaria o Governo? – Ou seria que este Governo quizesse com isto apartar de si a axprobação do homem justo, que tanto peza ao malvado? – [...] Dous Meirinhos e quatro Permanentes para acompanhar hum velho de setenta annos em agonia? .. E Deus não vos envolverá na sua colera? E o Povo que vossa barbaria deshonra deixará ainda para hum sò momento nas vossas maós seu poder? Ah! naó. Pode tardar; mas o dia virá em q’elle se desperte. Conseguistes adormecer esse Povo; com tudo naó esperai que vossos crimes fiquem sempre impunes. [...] E vos Rio-Grandenses aproveitai as lições que com estes factos vos daó vossos tiranos! Naó desperdiçai no silencio inuteis gemidos: naó expargi istereis lagrimas sobre as pedras que encobrem as cinzas de vossos mártires! Affiai vossas armas! vingai os ultrages; e escutai o grito que do fundo de seu tumulto elles vos mandão. (O POVO, 1838, ed 1, p. 2 – 4).

O redator demonstra uma indignação com o governo brasileiro por desconfiar que um homem idoso e enfermo pudesse causar ainda algum tipo de atrito, mantendo-o sob observação de soldados, e tardando a proporcionar atendimento médico. Entretanto, a matéria isenta-se de que a República Rio-Grandense também faz parte da guerra podendo ter cometido atitudes iguais ou muito semelhantes à descrita na matéria, especialmente se considerarmos que a alegria do tirano, exposta pelo enunciador, também é expressa quando um republicano vence uma batalha, tendo que, para isso, até mesmo matar uma outra pessoa. Contudo, o redator não questiona apenas o poder, discute até mesmo a ação de Deus sobre tal situação, rogando que um dia aconteça algo semelhante com aqueles que tomaram esta atitude, contradizendo os ideais pacíficos, que mencionara. Este discurso demonstra, ainda, a questão que abordamos, anteriormente, acerca da notícia não apenas enquanto informativa, mas com vistas a

instruir a população. O texto encerra indicando que os gaúchos tirem uma lição do ocorrido. Se a repulsa foi tão grande contra os atos cometidos ao idoso que viera a falecer, o conselho poderia vir, então, munido de pregações de paz. Mas não é o que ocorre, o redator orienta que, ao invés de chorar pelos que já morreram, sem resultado algum, a população deve afiar as armas e vingá-los, completando, assim, o ciclo violento da guerra.

Woodward (1999, p. 9), ao tratar do modo como a cultura se estabelece entre os povos, apresenta que a “diferença é sustentada pela exclusão”, ou seja, um povo é exatamente o oposto do outro. No caso que lemos anteriormente, vimos evidenciada esta questão, as atrocidades são atribuídas ao outro, que é posto como inferior por não pertencer ao mesmo grupo que, neste caso, trata-se daquele que representam os rio-grandenses.

Na segunda edição de *O Povo*, publicada na quarta-feira, 05 de setembro de 1838, o periódico apresenta como primeiro texto o título “Manifesto - do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes”, artigo que seguirá em continuidade por mais duas edições – no sábado, 08, e na quarta-feira, 12. Neste primeiro, vemos a ideia de tornar o Rio Grande do Sul independente do restante do país: “Desligado o Povo Rio-Grandense da Communhão Brasileira reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa destes direitos imprescriptíveis, constituindo-se Republica Independente [...]” (O POVO, 1838, ed. 2, p. 1). O ideal de liberdade está presente neste trecho do discurso, mas, em praticamente todas as edições do jornal, endossa o objetivo do governo gaúcho e a justificativa da guerra. São utilizadas, ainda, expressões positivas para caracterizar o estado sulino, como “bom senso”, “amor da ordem”, “moderação que causa inveja e admiração ao Brasil”, a força produzida por este discurso manteve seus sentidos por muitas gerações até chegar na atualidade. Obviamente, não foi uma ação isolado naquele período, mas a forma como foi recuperada pela mídia e pela literatura, especialmente, fez com que se mantivesse até os dias de hoje. Estes fatores podem ser atribuídos a constante preocupação em exaltar o território, reforçando a imagem rio-grandense enquanto causadora de orgulho para os habitantes deste local que devem, segundo esta perspectiva, seguir lutando pela terra.

Na publicação de 5 de dezembro do mesmo ano, há uma seção “Exterior: O Nacional Monte Video, Novembro 11 de 1838. Introdução”, em que é reproduzido um artigo intitulado “Paz domestica”, sendo os autores, através deste escrito, caracterizados por possuírem os “mais puros, e ardentes desejos”. Um dos trechos apresenta o seguinte:

Acabamos de medir nossas forças: nosso braço por ventura pôde supplantar hum tirano; e o povo tornou invenciel no campo da batalha – Porem elle naó pelejou pelo prazer de pelear: elle naó possui este prazer só próprio dos Caribes: elle naó derrama o sangue de seus filhos sem huma dor intensa: elle não se sacrifica sem hum fito nobre, e elevado. Peleja e sacrifica-se por sua Liberdade, por sua Soberania, por sua dignidade, e por sua gloria [...]. (O POVO, 1838, ed. 28, p. 1).

Trata-se, neste contexto, da reprodução de um discurso que vangloria a República Rio-Grandense, e o faz justamente através da citação de feitos considerados heroicos, mais uma vez, através de lutas. A liberdade é novamente exaltada como motivo para guerrear e, mais do que isso, o fragmento apresentado enfatiza a ideia do orgulho, não somente de pertencimento ao solo gaúcho, mas, mais do que isso, a glória pessoal em derramar sangue e sacrificar-se por um ideal. Stuart Hall (1997, p. 26) afirma que “nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente”. Desta maneira, concluímos que este sentimento descrito provém de uma identidade formada a partir de um conjunto de fatores que perpassam, sobretudo, pelo contexto cultural ao qual pertencem aqueles que fazem parte destas experiências.

O conceito de dignidade humana, que seria o mérito do que é correto, e também unida à questão da integridade, aparece neste texto jornalístico a partir de um outro fundamento, estando diretamente ligada à questão da guerra. Digno seria, portanto, na perspectiva deste jornal, aquele que está pronto a combater o inimigo e lutar por sua terra, independente do que seja preciso fazer para isso, já que, quando o sangue é derramado por um ideal maior, o fato se justifica, ainda que seja necessário sofrer conforme percebemos no fragmento exposto.

E sobre o sofrimento, o próprio Bento Gonçalves se pronuncia na edição de 09 de janeiro de 1839 de *O Povo*, quando escreve aos leitores a respeito da mudança do

governo para o município de Caçapava: “Rio Grandenses! Nossa Posição ainda he melindroza porem hum pouco de soffrimento mais, e o Continente será livre , a Patria será salva. – Viva a Nação Rio-Grandense! – Vivaó os briozoz defensores da Liberdade!” (O POVO, 1838, ed. 38, p. 1). O anúncio do líder parece vir em tom de motivação, estimulando a esperança, a alegria de pertencimento que será ainda maior após um pouco mais de esperas e angústias, é como se a felicidade tão almejada fosse possível somente atrelada ao sofrimento mencionado, que é, inclusive, originário da guerra.

Em 06 de março de 1839, *O Povo* começa a circular a partir de Caçapava, e abaixo do slogan que o identifica traz ainda as palavras: Liberdade, Igualdade e Humanidade. A questão das mortes para o cumprimento de objetivos é novamente abordada em 9 de março de 1939 sob o título “O Povo”:

A guerra de extermínio principiou. O sangue correo. Saó fielmente executadas as ordens do Regente em nome do 2º Pedro. A maioria da Camara Quatriennial tem visto cumprir-se os seus dezejos. Graças lhe seja dadas! Vasco Amaro, Joaó Antunes Pinto, Antonio Balhego, o estrangeiro José Zerboni, e mais outros cujos cadaveres por mutilados não poderaó ser reconhecidos, e que por conseguinte julgamos ser símplices passageiros, cahiraó primeiras victimas do farioso delirio que renunciou a toda honra, que abdicou toda a ideia de moral. “Custe o que custar, diz o Luzo Governo imperial, lancemos na infamia a Nação Brasileira, evoquemos sobre Ella as maldições da Humanidade, cubramos nós mesmos de delicto, não importa, com tanto que esse Povo rebelde , esses republicanos ouzados, ao menos pelo terror volvaó cutravez a resignar se debaixo de nossa bandeira oppressora.” (O POVO, 1839, ed. 47, p. 3).

Não somente cumprir com a missão a que foram confiados, os soldados que morrem na guerra são nomeados pelo discurso jornalístico deste jornal como verdadeiros heróis. O texto trata de pessoas que de tão cruelmente acometidas pela violência das batalhas, não são passíveis ao menos de reconhecimento, uma vez que os corpos são mutilados. Entretanto, não se fala da tristeza destas perdas, tampouco se faz referência a estas situações enquanto originárias da guerra que se sucede, isso já é posto, no discurso, como elementos intrínsecos do contexto. O que se enfatiza é a questão da honra com que lutaram. Além disso, o mesmo periódico que defende a questão da humanização, em vez de posicionar-se, em maior medida, ao término dos conflitos,

deseja que o mesmo que aconteceu com os seus representantes se confirme também com os inimigos e este desejo é explícito pelo texto do jornal, quando no discurso é manifesto o desejo de que o terror se abata sobre os oponentes.

Notamos que, ao longo das publicações, poucas são as vezes que se emitem conceitos negativos a pessoas que pertencem ao Estado do Rio Grande do Sul, e quando ocorre, é mais brevemente e, no mesmo texto, justificando que são exceções, que sua maioria preza pela terra. Esta exaltação ao povo gaúcho é tão intensa que outros articulistas, de fora do país, parecem incluírem-se neste espírito. Um exemplo disso aparece na edição de 24 de agosto de 1839, em que *O Povo* veicula um texto na seção “Exterior”, vindo de Montevideo. No discurso, o redator exalta os gaúchos pela forma como lutam na guerra:

Recordando os fatos da Republica Rio-Grandense, durante os quatro annos de luta, naó se pode deixar de admirar a constante moderação e generosidade, com que os Republicanos se portarão sempre com seus inimigos vencidos. Fortes com seus direitos, e com a maioria de votos de seus concidadãos, elles desdenharão sempre valer se daquelles meios extremos, que nas revoluções se fazem com horror das almas senciveis; mas que huma lei fatal empõem como deveres. Valerosos nas batalhas, generosos e humanos no entusiasmo da victoria, como aquelles que peleijáo, não contra homens seus semelhantes, se naó contra os instrumentos da tyrania huma vez que estes já naó existem, naó vem nos vencidos mais que a seus irmãos, a quem perdoando huma culpa da qual outros são responsaveis, os devolvendo ao seio de suas famílias; naó exigindo delles se não sua palavra de honra de naó tornarem a impunhar as armas contra a Republica durante a presente guerra com o imperio. (O POVO, 1839, ed. 95, p. 2).

Ao percebermos apenas o conteúdo desta reprodução enquanto informação, poderíamos, talvez, encontrar algumas respostas no que diz respeito à valoração do povo gaúcho, já que são apresentados como bons, como humanos, soldados que acreditam na palavra dos inimigos antes de impor-lhes as armas e que se utilizam de meios mais amenos nas batalhas. Todavia, é preciso considerar o discurso enquanto reafirmação de uma ideia a ser transmitida, primeiro, porque é preciso que através do que é dito se forme ou se consolide determinada ideologia, embora não se saiba como, de fato, agiam aqueles que lutavam. Ainda diante disso, é possível questionarmos de que maneira, em um conflito de guerra, um soldado possa matar o seu oponente de uma

maneira menos agressiva e, após isso, com sensibilidade, moderação e generosidade, comemorar vitórias, comemorar que o lado oposto conta com mais mortos do que o grupo vencedor.

Predominantemente, o que se publicava em *O Povo*, neste período, eram artigos tendenciosos, sempre com viés político e revolucionário. Contudo, na década de 1840 começam surgir outras matérias, como artigos econômicos e dicas sobre agricultura informando, por exemplo, como preparar o trigo antes de semear. Neste período surge também a coluna “Variedades” seção sempre bastante sucinta, com assuntos diversos, muitas vezes sobre religiosidade. Há ainda, espaço para rir, como uma espécie de piada, intitulada “Anedocta interessante” que conta a história de uma jovem republicana que para se divertir com as amigas que a visitavam abriu um livro e começou a ler alguns trechos, ouvidos também por uma idosa, que era hóspede na residência. Por não ter compreendido em pleno sentido o que a jovem lia, a senhora interrompeu-a:

A tal Ignez “falla de mais ! Por isso, he que botarão a D. Pedro para fora do Brasil, e agora fizerão esta revolução para fazerem o mesmo ao filho, só para lhe tirarem a coroa.” As outras Senhoras quando tal ouvirão desatarão arrir como perdidas, e a boa da velha, fieou muito paga de si suppondo ter dito huma admiravel sentensa. (O POVO, 1840, ed. 576, p. 4).

O modo como o jornal direciona o discurso apresenta a figura feminina como despolitizada, aquela que não entende muito bem sobre o que acontece na guerra, mas, ainda assim, está inserida no contexto. Ainda que a anedota desvie a narrativa tensa dos textos sobre as revoluções ela continua tratando sobre o mesmo tema. O jornal apresenta, desta forma, uma realidade daquele contexto, é como se todos os habitantes estivessem, a cada instante, pensando na revolução, sendo o assunto que pauta todas as conversas e interações.

Mas esses textos diferenciados, em termos de gênero, não modificaram o foco do periódico, que seguiu publicando os boletins em predominância. Da mesma forma, neste último período de Revolução, o discurso não parece abalar-se, permanecendo o

mesmo viés de escrita que notamos anteriormente, conforme podemos observar no 10º boletim de Caçapava: “desejo do roubo e do sangue, de que saó os sedentos consistiu a hum grumpo de cerca de cento e cincoenta salteadores capeteneado pelo facínora Juca Cypriano [...] (O POVO, 1840, ed. 154, p. 1). O trecho, que se refere aos soldados da oposição, apresenta-se, como de costume, lotado de expressões que diminuem a imagem dos adversários perante os leitores. O mesmo ocorre no artigo do major – chefe geral da Polícia, Antonio Vicente da Fontoura em 08 de abril de 1840, quando o líder, além de menosprezar o oponente, exalta a terra e os feitos dos lutadores do Rio Grande:

O Solo sagrado da Patria, onzaó tallar nossos *commons* inimigos! Sua desesperação, e naó sua sudacia, he que os facina. [...] Gloria dos valentes que de todos os Angulos da Republica acodem persuepezos ao combate [...] Ao combate, a gloria voemos; guerra, e morte aos tyrannos escravos! Guerra, e Guerra, para depois termos paz. Viva a Naçaó Rio-Grandense ! [...] (O POVO, 1840, ed. 152, p. 4).

Além das constatações já citadas, acerca do modo como se idolatra a terra, já que o policial se refere a esta como sagrada, e dos soldados gaúchos, já que os caracteriza como valentes, destinando glória a eles, neste fragmento do artigo ainda fica mais uma vez evidente a situação de guerra enquanto primordial para a existência da paz, que deve ser merecida, após os eventos conflituosos. Além disso, o chefe da polícia dá “viva” à nação, da mesma forma como ocorreu em outras manifestações ao longo do jornal, como forma de veneração ao Estado, mas também, de estímulo para a comunidade sulina.

A Revolução Farroupilha nas letras do jornal *O Povo*: Considerações Finais

Uma vez analisados alguns dos textos publicados no jornal *O Povo*, podemos ainda constatar que o periódico estava em conformidade com o estilo de publicações da época, uma vez que, segundo Barbosa (2010), naquele tempo o jornalismo era unicamente de opinião e dessa forma tecia o cotidiano. No impresso analisado verificamos que o discurso é parcial e eleva, em todas as edições, a questão do orgulho pelo Estado gaúcho e, ainda, o apoio ao governo rio-grandense, gerando memórias

positivas sobre os feitos farrapos e esquecimentos dos horrores que uma guerra produz. Mais do que isso, o impresso em questão visa a instruir a população, já que as matérias são escritas quase sempre munidas de reflexões e, inclusive, orientações aos leitores, confirmando o que é descrito na primeira edição do próprio jornal, que o redator deveria assumir um papel de educador e até mesmo, de sacerdócio. Entretanto, podemos identificar, ainda, qual o pensamento que se promovia, ou buscava promover, a partir destas verdades transmitidas por este veículo de comunicação

Se os jornais surgiam para difundir ideologias, acontecimentos políticos e informações de guerra, *O Povo* cumpriu este papel, utilizando-se muito mais da política do que dos conceitos jornalísticos para veicular as informações, conforme nos apresenta Rüdiger (1993). De leitura não muito facilitada, pelas falhas na impressão e pelo modo como as palavras eram escritas naquele período, o jornal assumia características literárias em sua linguagem, bem como explicou Sodré (1999), mas, mais do que isso, foi pautado, quase que exclusivamente pelos acontecimentos da Revolução Farroupilha, confirmando sua importância no entendimento circunstancial daquele período.

Todavia, precisamos separar o que era informação e o que se tratava de ideologias. A Revolução Farroupilha, por muitas vezes foi descrita de modo que podemos compreender os horrores promovidos a partir dos combates, sem que necessariamente o discurso aponte para os fatos enquanto sendo bárbaros. Ademais, há uma via única na transmissão destes fatos: a República Rio-Grandense como superior, os gaúchos como figuras que se orgulham do seu estado e homens valentes, heróis, que defendem esta terra acima de tudo, parece-nos que algumas vezes esses elementos são trazidos na atualidade incitando xenofobia e bairrismo, algo que criticamos duramente, pois não podemos compactuar com rotulações e preconceitos que marginalizam e excluem.

Ao tratar sobre os nacionalismos, ou seja, esta perspectiva de pertencimento, Castells (1999) afirma que em determinadas situações esta ideia é perpetuada de tal modo, por meio de propagandas políticas, que os sujeitos se propõem a morrer pela sua terra. É exatamente o que podemos observar através da representação passada pelo periódico, já que muito mais do que um veículo jornalístico, os textos aparecem

carregados de ideologias políticas, a fim de construir e difundir uma ideia de cultura e tradição que deve não apenas ser aceita por todos, mas especialmente defendida, através da luta.

O discurso abordado por *O Povo* eleva as revoluções como sagradas, os combatentes como heróis, o Estado do Rio Grande do Sul como glorioso e superior aos demais e, o seu partido, como supremo. Há exaltações a tudo o que se refere aos interesses do governo que sustentam cada um dos exemplares. Quando um fato negativo aparece, em seguida é amenizado, com justificativas que vêm para suprir os porquês das falhas. Em que pese o fato do jornal ser propriedade do governo, obviamente as informações veiculadas eram voltadas aos interesses do mesmo, porém, ao discutirmos a importância do jornalismo enquanto importante canal de formação de opiniões.

As dores causadas pela violência das guerras são vistas e traduzidas sempre de uma mesma forma: são meios de formar heróis e de conquistar vitórias. Chantal Rayes (2003), que também esteve na cobertura da guerra do Iraque, afirma que a mídia, muitas vezes, segue a lógica mercantil, e é o que de fato podemos verificar atualmente, mas, no século XIX, observamos que a lógica dos veículos de comunicação baseava-se no partido e nas vaidades.

A perspectiva abordada por Barbosa (2010, p. 132) pode ser trazida para corroborar, pois “ao construírem identidades, os periódicos referendam ideias que também são correntes entre escritores, jornalistas e demais intelectuais [...] há a transformação dessas ideias em documentos-memória”. Nos jornais analisados jornalistas, articulistas, líderes, escritores esporádicos, todos compactuam uma mesma ideologia e a difundem através de discursos que se complementam ou, pelo menos, equivalem-se na questão das opiniões. A repetição destas informações congruentes articula a formação da memória social do seu tempo e, uma vez documentados, resguardam esta memória para as gerações posteriores. Entretanto, a memória perpassada não difunde uma visão crítica sobre a guerra. Embora apresente fatos trágicos decorrentes das batalhas, os textos não os apresentam como consequências negativas de uma revolução, publicando as informações de maneira unilateral e, sendo assim, constituindo uma memória que envolve apenas uma versão dos acontecimentos.

Compreendemos, portanto, que a representação dada através dos textos do periódico demonstram, sobretudo, esta identidade instituída a partir de uma cultura, formada e consolidada através do compartilhamento de signos comuns, e que geram um senso de pertencimento tão forte a ponto de se promover e justificar uma guerra.

Diante dessas observações, cabe-nos destacar ainda que a imagem da guerra e dos conflitos construídas nos discursos jornalísticos do século XIX publicados no jornal analisado não é uma imagem para contestação do evento, uma vez que o jornal propõe uma abordagem acrítica dos danos da revolução, dando ênfase a questões ideológicas em detrimento das sociais, que envolvem a revisão de processos relativos à legalidade dos atos cometidos e dos crimes a serem julgados, além da discussão moral acerca dos agentes da violência e promotores da guerra. Nessa perspectiva, entendemos não ser possível falar em memória completa ou definitiva desses episódios históricos quando observamos o discurso de *O Povo*. Um olhar mais atento sobre outras versões sobre os fatos da revolução e sobre outras vozes que a registraram pode contribuir para elucidar ações, visões de mundo sobre a guerra e a violência e, quem sabe, contrastar a imagem da guerra que identificamos no jornal. Para isso, conjugar a análise de outros jornais da época e documentos bem como de registros pessoais dos combatentes pode ser válido para um desvendamento mais completo da revolução e sua representação no campo do discurso não ficcional.

Por fim, cabe pontuar que toda “versão” sobre a revolução carrega consigo um posicionamento ideológico que pode provocar a construção de diferentes memórias sobre os fatos e, nessa linha de raciocínio, convém registrar o posicionamento de Eduardo Scheidt, que ilumina a relativização dos juízos de valor sobre as memórias da revolução:

A construção da memória da Revolução Farroupilha modificou-se profundamente ao longo do tempo, conforme as diferentes conjunturas históricas e as lutas políticas dos momentos em que as diferentes memórias históricas foram construídas ou modificadas. Em diversos momentos, mais do que a busca da “verdade” dos fatos, as memórias do movimento rio-grandense objetivavam fundamentar as disputas políticas da época em que eram produzidas. (SCHEIDT, 2002, p. 26).

Referências

- ANEDOCTA interessante. *O Povo*. Caçapava, p. 4, ed. 576, 1840.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo*. Educação & Realidade, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2. p. 15-46, jul./dez. 1997.
- EXTERIOR. *O Povo*. Caçapava, p. 2, 24 agosto 1839.
- FERREIRA FILHO, Arthur . Brasil Império. In *História Geral do Rio Grande do Sul: 1503 – 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo. p. 76-96.
- LIBERDADE, Igualdade e Humanidade. *O Povo*. Caçapava, p. 2, 06 março 1839.
- MANIFESTO - do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes. *O Povo*. Piratini, p. 1 - 2, 05 setembro 1838.
- MATHEUS, Leticia Cantarela. *Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Rio de Janeiro: Mauad: 2011.
- NECROLOGIA. *O Povo*. Piratini, p. 2, 1º setembro 1838.
- O POVO. Jornal Político, literario e ministerial da Republica Rio Grandense. In: *Documentos Interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845*. Publicação do Terceiro Departamento (História Nacional). Porto Alegre, 1930.
- O POVO. *O Povo*. Caçapava, p. 3, 09 março 1839.
- PAZ DOMESTICA: Exterior: O Nacional Monte Video, Novembro 11 de 1838. Introdução. *O Povo*. Piratini, p. 1, 05 dezembro 1838.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PROCLAMAÇÕES. Rio-grandenses! *O Povo*. Piratini, p. 1, 09 janeiro 1839.
- PROSPECTO. *O Povo*. Piratini, p. 1, 1º setembro 1838.

PORTARIA. *O Povo*. Piratini, p. 6, 22 setembro 1838.

RAYES. Chantal. A outra face da guerra. In OGIER, Thierry; GOYZUETA, Verónica (org.). *Guerra e imprensa: Um olhar crítico da cobertura da guerra do Iraque*. São Paulo: Summus, 2003. p. 23-30.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1993.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da revolução farroupilha. *Revista de História*, n. 147, 200, p. 189-209. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18947>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo, Cortez, 1992.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 1º 102d. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.7-72.

10º BOLETIM de Caçapava. *O Povo*. Caçapava, p. 1, 08 abril 1840.